



UC/FPCE — 2012

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Protocolo de Entrevista Forense do NICHD: análise da influência das variáveis intervalo de tempo e idade na informação relatada na entrevista

Marina Maravilha da Silva

(e-mail: marina_maravilha@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde (sub-área de especialização em Psicologia Forense) sob a orientação da Prof.^a Doutora Isabel Maria Marques Alberto

Protocolo de Entrevista Forense do NICHD: análise da influência das variáveis intervalo de tempo e idade na informação relatada na entrevista

Resumo: O crescente interesse pelo testemunho das crianças em casos de abuso sexual impulsionou o desenvolvimento de investigação científica sobre a sua capacidade para testemunhar e sobre as metodologias mais adequadas na obtenção de informação relevante, sendo o protocolo de entrevista forense do NICHD o exemplo máximo da ciência aplicada ao domínio da entrevista com crianças. O objetivo primordial deste estudo consiste na avaliação da influência do intervalo de tempo decorrente entre uma primeira entrevista (visionamento de um vídeo e evocação imediata) e uma segunda entrevista (evocação diferida) realizada uma semana depois, e da idade, no protocolo de entrevista forense do NICHD a nível da quantidade de informação exata, dos erros e das confabulações. A amostra é constituída por 120 crianças/adolescentes de ambos os sexos, da população Portuguesa. Os resultados deste estudo demonstraram que o intervalo de tempo de uma semana parece não ter influência significativa na qualidade da informação relatada. No que respeita à idade, na categoria etária dos 4 anos e 5/6 anos o intervalo de tempo parece não influenciar quanto à quantidade de informação exata, erros e confabulações, o que não se verifica para as categorias etárias dos 7/9 anos, 10/12 anos e 13/16 anos, nas quais o intervalo de tempo parece interferir nos resultados alcançados quanto às confabulações e aos erros. Os resultados indicam ainda que as crianças recordam menos informação exata do que os adolescentes e apresentam menos confabulações comparativamente aos adolescentes, relativamente aos erros não se verificam diferenças significativas. A idade parece ter influência quanto à informação exata e às confabulações, no entanto, parece não influenciar quanto à quantidade de erros.

Palavras-chave: Entrevista forense do NICHD, memória, intervalo de tempo, idade.

The Forensic Interview Protocol NICHD: influence of the variables age and time interval on the information reported in the interview

Abstract: The growing interest by the testimony of children in cases of sexual abuse boosted the development of scientific research on their ability to testify and on the most appropriate methodologies to obtain relevant information, being the forensic interview protocol NICHD the epitome of the field of applied science in interviews with children. The primary goal of this study consists on the evaluation of the influence of the interval of time between a first interview (watching a video and immediate recall) and a second interview (deferred recall) held a week later, and the age in the forensic interview protocol NICHD in what concerns to the amount of accurate and relevant information. The sample is made of 120 children / adolescents of both sexes among the Portuguese population. The results of this study showed that the time break of a week seemed not have any kind of significant interference in the quality of this information. Regarding the age, in the age category of 4 years and 5/6 years, the time interval seems not to influence the amount of exact information, errors and confabulations, what doesn't happen with the categories of age 7/9 years 10 / 12 and 13/16 years, where the time interval seems to interfere with the results achieved about confabulations and errors. The results also indicate that children recall less accurate information than teenagers and have fewer confabulations compared with adolescents. Concerning the errors there are not significant differences. Age seems to have an influence on the exact information and confabulations, however, it does not seem to influence the amount of errors.

Key Words: Forensic interview NICHD, memory, time interval, age.

Agradecimentos

À Professora Doutora Isabel Alberto pela orientação e disponibilidade, por todos os ensinamentos que transmitiu...

Aos meus pais, sem os quais a concretização deste sonho seria impossível. Obrigada por tudo, serei eternamente grata.

Ao meu mano, meu anjo da guarda, que onde quer que esteja vela por mim.

Ao David pelo companheirismo ao longo deste ano, pela paciência e amor... por me fazeres acreditar.

Àquelas amigas que percorreram comigo este longo caminho e sem as quais a minha vida não faria sentido... “não vos trocava por nada desta vida”...

A todos aqueles que se disponibilizaram para participar nesta investigação.

Índice

Introdução	6
I - Enquadramento Conceptual	8
A Criança enquanto Testemunha no Contexto Judicial.....	8
1. Fatores de Contingência do Testemunho da Criança.....	9
1.1 Memória	9
1.1.1. Acontecimentos Traumáticos	11
1.1.2. Intervalo de Tempo entre Acontecimento e Evocação e a Influência da Idade	13
1.1.3. Falsas Memórias.....	15
2. Protocolo de Entrevista Forense do NICHD	16
II - Objetivos	20
III - Metodologia	21
1.Caracterização da Amostra.....	21
2.Instrumentos.....	24
3.Procedimentos.....	25
IV - Resultados	26
V - Discussão	34
VI - Conclusão	38
Bibliografia.....	40
Anexos	46

Introdução

Na década de 80 a visibilidade do abuso sexual atinge o seu auge no que respeita à sensibilização e mediatização social (Kenneth, 2009) desencadeando, por parte do sistema legal, um novo interesse no testemunho das crianças (Ceci & Bruck, 1995; Poole & Lamb, 1998). O desenvolvimento de investigação científica sobre a capacidade de testemunho das crianças e sobre as metodologias mais adequadas para obter, de forma menos enviesada, informações relevantes por parte destas (Myers, 2009), tornou-se assim uma prioridade.

Nos casos de abuso sexual, o tempo que decorre entre a situação abusiva e a revelação é, de uma maneira geral, longo, assumindo a memória um papel fundamental, sendo essencial que os investigadores forenses e os tribunais entendam os fatores que influenciam a memória das crianças e adotem os procedimentos que têm maior probabilidade de maximizar a veracidade dos seus testemunhos (Davies & Pezdek, 2010). Esta pesquisa em torno dos procedimentos e técnicas de entrevista com crianças é alvo de grande investimento e prospera à medida que aumentam as denúncias de abuso sexual. A elevada preocupação na sinalização das situações de abuso sexual transforma as entrevistas realizadas com crianças suspeitas de serem vítimas de abuso sexual em métodos de revelação do abuso sexual (Peixoto, 2011). Neste âmbito, a literatura (Alberto, 2006; Baker-Ward & Ornstein, 2002) aponta a entrevista forense como fonte essencial de recolha de informação sobre um acontecimento específico como o abuso sexual, considerando que depende dela a reconstituição dos acontecimentos centrando-se no acesso às memórias do entrevistado sobre o evento em questão, destacando-se neste âmbito, o protocolo de entrevista forense do NICHD.

O protocolo de entrevista forense do NICHD é um protocolo estruturado e flexível de entrevista. A sua elaboração reflete uma série de estudos realizados por Michael Lamb e colaboradores ao longo de 20 anos condensados no livro “Tell me What Happened” (Lamb et al., 2008). O objetivo deste protocolo é uma melhoria na obtenção de informações relevantes do ponto de vista forense, a partir da entrevista de testemunhas vulneráveis, tentando potenciar a capacidade de evocação mnésica e da capacidade narrativa do entrevistado, mas reduzindo a interferência do

entrevistador nos conteúdos do relato, nomeadamente através da eliminação de perguntas sugestivas. A literatura identifica-o como o exemplo máximo da ciência aplicada ao domínio da entrevista com crianças (Brainerd & Reyna, 2005), considerando que a sua utilização tem demonstrado ganhos significativos nas entrevistas realizadas, sobretudo devido à qualidade e quantidade de informação que estas providenciam (Lamb et al., 2007; 2008), fornecendo informações significativamente relevantes para a investigação criminal.

A presente investigação visa essencialmente avaliar a influência do intervalo de tempo de uma semana e a influência da idade a nível da quantidade de informação exata e relevante no protocolo de entrevista forense do NICHD.

I – Enquadramento Conceptual

A Criança enquanto Testemunha no Contexto Judicial

O contexto judicial não é um espaço em que se imagine a criança/adolescente, todavia, cada vez mais é uma instituição que solicita o contributo da criança, nomeadamente em casos de suspeita de abuso sexual de crianças.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o abuso sexual de crianças define-se como a “participação da criança em atividades sexuais que esta não compreende plenamente e às quais não pode dar o seu consentimento informado, e para as quais não está suficientemente desenvolvida, e que transgridem tabus sociais. As crianças podem ser objeto de abusos sexuais por parte de adultos ou de outras crianças que em razão da sua idade e estado de desenvolvimento, estão em situação de responsabilidade, confiança ou poder em relação à sua vítima” (Butchart et al., 2009, p.10). As consequências deste tipo de abuso pautam-se mais a nível emocional do que propriamente a nível físico, o que nos remete para a questão do segredo, da culpa com que a criança é confrontada e do sentimento de ser usada sem qualquer escrúpulo (Alberto, 2008).

Na década de 80 a visibilidade do abuso sexual atinge o seu auge no que respeita à sensibilização e mediatização social (Kenneth, 2009) desencadeando, por parte do sistema legal, um novo interesse no testemunho das crianças (Ceci & Bruck, 1995; Poole & Lamb, 1998). As dificuldades que se evidenciaram no sistema judicial proporcionaram o desenvolvimento de investigação científica sobre a capacidade de testemunho das crianças e sobre as metodologias mais adequadas para obter, de forma menos enviesada, informações relevantes por parte destas (Myers, 2009).

A criança, no papel de testemunha, tem sido alvo de um certo ceticismo por parte do sistema judicial (Haugaard et al., 1991; Ribeiro, 2009) que exige aos seus participantes um vasto conjunto de capacidades cognitivas, emocionais e sociais traduzidos nos conceitos de competência para testemunhar e, de uma forma subentendida ou explícita, de credibilidade (Peixoto, 2011). As testemunhas devem codificar, guardar e recuperar as memórias para que, quando necessário, possam comunicá-las

através da palavra (Saywitz, 2002). De acordo com Haugaard et al. (1991), muito embora os tribunais americanos, desde os finais do século XIX, não considerassem a criança como testemunha incompetente de *per se*, apenas aceitavam que testemunhasse se cumprisse quatro características: a) distinguisse entre a verdade e a mentira e compreendesse a responsabilidade de dizer a verdade; b) compreendesse o evento vivenciado; c) fosse capaz de manter uma recordação não contaminada do evento e, d) usufruísse de capacidade de expressão verbal para descrever o que vivenciou/testemunhou.

Segundo Haesevoets (1999), o ceticismo do sistema judicial relativamente ao testemunho da criança está associado ao fato de ser analisado de acordo com critérios do adulto. É fundamental que os investigadores forenses e os tribunais entendam os fatores que influenciam a memória das crianças e adotem os procedimentos que têm maior probabilidade de maximizar a veracidade dos seus testemunhos (Davies & Pezdek, 2010).

Considerando, portanto, que a criança é vista pelo sistema de justiça como uma testemunha vulnerável, que tem que ser submetida a um avaliação das suas capacidades para o ato de testemunhar, urge a necessidade de se compreender de que forma se pode rentabilizar as evocações das crianças (sobre os acontecimentos da sua vida) sem provocar mais dano ou sem as sugestionar, pondo em causa a precisão e validade das suas evocações.

1. Fatores de Contingência do Testemunho da Criança

1.1. Memória

Nos casos de abuso sexual, o tempo que decorre entre a situação abusiva e a revelação é, geralmente, longo, assumindo a memória um papel fundamental. A entrevista forense surge, assim, como fonte essencial de recolha de informação sobre um acontecimento específico como o abuso sexual, considerando que depende dela a reconstituição dos acontecimentos (Alberto, 2006; Baker-Ward & Ornstein, 2002), centrando-se no acesso às memórias do entrevistado sobre o evento em questão.

A forma como codificamos, armazenamos e evocamos as nossas memórias e os mecanismos que tornam possível o seu acesso, são dimensões

essenciais na adoção de uma abordagem centrada nos fatos. Contudo, caracterizar as capacidades mnésicas das crianças torna-se difícil considerando que, por um lado elas conseguem fornecer um vasto conjunto de informações sobre eventos passados (Bahrick, Parker, Fivush, & Levitt, 1998) e por outro lado, mostram algumas limitações nas suas capacidades para relembrarem outros eventos. A memória autobiográfica é uma componente importante da memória episódica e diz respeito à memória relativa aos acontecimentos pessoais experienciados ao longo da vida constituindo-se como o foco das entrevistas forenses (Baker-Ward & Ornstein, 2002).

No final da infância, assim como na idade adulta, temos dificuldade em nos lembrarmos das nossas experiências de vida antes dos 3 anos de idade. Este fenómeno amnésico é apelidado na literatura como “amnésia infantil” (Peterson, 2002). Fivush (2002) refere que os acontecimentos do primeiro ano de vida tendem a não estar acessíveis a uma recordação consciente. Uma das razões apontadas para este fenómeno está relacionada com a importância da linguagem como organizadora e estruturante da memória. O desenvolvimento da linguagem surge como um fator decisivo quando pretendemos obter informação por parte de uma criança, sobretudo no contexto da entrevista forense (Peixoto, 2011). A linguagem funcionará, deste modo, como principal esquema dos processos de codificação e acesso das nossas memórias. As experiências do primeiro ano de vida podem influenciar o comportamento da criança, mas não integram a memória explícita. As crianças, apenas por volta dos 18 a 20 meses conseguem falar sobre as suas experiências passadas, mas limitando-se a acontecimentos que decorreram há algumas horas ou alguns dias (Eisenberg, 1985, cit in Fivush, 2002). Fivush (2002) refere que é a partir da aproximação à idade pré-escolar (3/5 anos) que as crianças conseguem expressar memórias detalhadas e duradouras, de forma organizada, particularmente sobre acontecimentos singulares e emocionalmente positivos. As memórias destes acontecimentos tornam-se ainda mais duradouras se as crianças têm a oportunidade de as ensaiar e consolidar através da evocação mnésica em família (Fivush, 2002) nas conversas estabelecidas com os cuidadores e familiares. A implicação destas conversas na memória da criança levou a que se considerasse como

fator importante a relação de vinculação com o cuidador, considerando que esta parece influenciar as memórias da criança. Segundo diversos estudos (Alexander, Quas, & Goodman, 2002; Chae, Ogle, & Goodman, 2009; Pipe & Salmon, 2002) a relação de vinculação com o cuidador influencia todos os processos mnésicos, desde a codificação do evento, à sua manutenção e depois à sua evocação, sugerindo que as crianças que expressam uma relação insegura com os seus cuidadores evidenciam mais dificuldades na evocação de eventos traumáticos.

A memória da criança deve ser percebida no contexto complexo do seu desenvolvimento cognitivo, da linguagem, emocional e social. A forma como uma criança se recorda de um acontecimento depende do contexto do acontecimento autobiográfico e das características da entrevista (Fivush, 2002; Gordon, Schoeder, Ornstein, & Baker-Ward, 1995). Ornstein, et al. (1991, cit in Gordon, Schoeder, Ornstein, & Baker-Ward, 1995) fazem referência a um conjunto de fatores que influenciam a memória das crianças: o fato de que nem tudo o que integra a experiência é codificado; o que é codificado pode variar relativamente à força do traço mnésico; o estatuto da informação armazenada pode variar no tempo e; o processo de recuperação não é perfeito.

Tendo em conta o exposto, torna-se pertinente abordar alguns fatores que parecem influenciar a memória e, conseqüentemente, a precisão do relato da criança.

1.1.1. Acontecimentos Traumáticos

Os estudos sobre a memória de acontecimentos potencialmente traumáticos, nomeadamente o abuso sexual, trazem uma questão fundamental: será que os processos mnésicos inerentes às memórias de acontecimentos rotineiros e agradáveis se poderão aplicar às memórias de acontecimentos emocionalmente negativos e traumáticos (Peixoto, 2011)? Cordón, Pipe, Sayfan, Melinder e Goodman (2004) referem que, tendo em conta a relevância dos acontecimentos traumáticos, seria de esperar que estivessem particularmente acessíveis na memória. Contudo, vários estudos salientam que o *stress* pode influenciar a codificação e a evocação mnésica, de forma positiva e negativa (Engelberg & Christianson, 2002). O nível de

stress experienciado pode prejudicar a recordação de determinados pormenores, visto que o estado de excitação emocional influencia o processo de codificação mnésica, tornando mais difícil aceder a essas memórias através de estímulos e modos de expressão verbal (Engelberg & Christianson, 2002). Bahrick et al. (1998), numa pesquisa com crianças que testemunharam os efeitos do furacão Andrew, comprovaram que as crianças que vivenciaram situações de *stress* intenso conseguiram evocar uma considerável quantidade de informação, mas necessitaram que lhes fossem colocadas mais questões e forneceram menos pormenores, comparativamente com as crianças que viveram situações de *stress* moderado.

O estudo da memória de eventos traumáticos tem suscitado posições teóricas discrepantes. A teoria que defende que os eventos traumáticos singulares são melhor recordados comparativamente aos eventos continuados é refutada por vários estudos (Powell & Thomson, 2002) que destacam o papel da repetição como fator reforçador das memórias. Freyd (1994) advoga, por seu lado, que a amnésia de experiências abusivas seria mais passível de acontecer quando estas tinham sido perpetradas por progenitores ou cuidadores da criança, o que se relacionaria com a necessidade, por parte desta, de manter a vinculação com aqueles que garantem a sua subsistência. Logo, a amnésia seria um mecanismo de *coping* relativamente aos sentimentos de traição emergentes da vivência do abuso.

Assim, os processos mnésicos das memórias traumáticas parecem obedecer aos mesmos princípios que os demais tipos de memória, designadamente: os acontecimentos únicos e distintos são melhor retidos do que aqueles que não são diferenciados; a influência da degradação mnésica com o aumento do intervalo de tempo entre o evento e o momento da evocação; o detalhe das memórias de acontecimentos traumáticos aumenta com a idade, como sucede com os outros tipos de memória (Cordón, Pipe, Sayfan, Melinder, & Goodman, 2004); os aspetos centrais de uma memória particular permanecem acessíveis durante mais tempo do que dimensões mais acessórias e periféricas. Para a compreensão de memórias traumáticas especificamente relacionadas com experiências de abuso sexual, teremos ainda que considerar o papel de dimensões psicológicas como a culpa, a

vergonha, a responsabilidade percebida, o segredo e a negação, que poderão afetar a forma como crianças vítimas de abuso sexual codificam, armazenam e evocam essas memórias (Lamb et al., 2008).

1.1.2. Intervalo de Tempo entre Acontecimento e Evocação e a Influência da Idade

A quantidade e a exatidão da informação presente na memória sofre alterações ao longo do tempo, devido à diversidade de influências a que está sujeita. A quantidade de informações corretas que podem ser lembradas sobre uma determinada ocorrência diminui rapidamente com o intervalo entre a ocorrência alvo e a entrevista (Powell & Thomson, 1996; 1997). Segundo Poole & Lamb (1998), um intervalo de tempo curto entre o acontecimento e o relato diminui o risco de enviesamento e erros. Esta questão torna-se pertinente para o contexto forense considerando que, frequentemente, a criança relata o acontecimento abusivo passado um longo período de tempo após a sua ocorrência.

De uma maneira geral, as investigações demonstram que mesmo as crianças em idade pré-escolar são capazes de recordar as suas experiências depois de ter decorrido um longo período de tempo (Peterson, 2002; Pipe, Gee, Wilson, & Egerton, 1999; Poole e White, 1993). Fivush (1993, cit in Pipe, Gee, Wilson, & Egerton, 1999) demonstrou que crianças com 4 anos de idade são capazes de fornecer um relato exato de várias experiências que ocorreram 12 a 18 meses antes da entrevista. Contudo, na maioria das investigações, as crianças mais velhas parecem recordar mais e de forma mais exata que as crianças mais novas, acontecimentos que tiveram lugar no passado (Peterson, 2002; Pipe, Gee, Wilson, & Egerton, 1999). A idade no momento da ocorrência parece influenciar a capacidade para recordar e, conseqüentemente relatar com exatidão os acontecimentos remotos. Assim, quanto mais velha for a criança quando o acontecimento ocorre, maior é a sua capacidade para o recordar após um longo período de tempo (Peterson, 2002). Peterson (2002), com base numa revisão da literatura, refere que, de uma maneira geral, em narrativa livre e perante questões abertas, os relatos da criança tendem a conter pouca informação, no entanto, a informação obtida tende a ser exata. Por outro lado, em resposta a questões mais

específicas, a criança parece fornecer informação mais completa, porém, tendencialmente menos exata (Peterson, 2002; Pipe, Gee, Wilson, & Egerton, 1999; Poole & White, 1993).

Paralelamente às condições da recordação, a alteração da memória com o decorrer do tempo parece estar associada às condições da codificação e/ou do armazenamento (Pipe, Gee, Wilson, & Egerton, 1999). De acordo com Brainerd e Reyna (1990, cit in Pipe, Gee, Wilson, & Egerton, 1999), um acontecimento é armazenado na memória exatamente como aconteceu (verbatim) sendo, igualmente, armazenada a sua essência (gist). Esta essência, ou significado principal do acontecimento, parece ser o mais resistente ao tempo, enquanto que a memória do que aconteceu exatamente parece desaparecer à medida que o tempo vai decorrendo. Quando a sequência exata dos itens é esquecida, as crianças que são obrigadas a comunicar uma ocorrência de um evento repetido tendem a relatar detalhes que foram experimentados com frequência ou detalhes que foram experimentados na proximidade temporal (Powell & Thomson, 1997). Uma criança que foi abusada em várias ocasiões pode ser capaz de lembrar muitos detalhes sobre o abuso, mas a sua habilidade para identificar características específicas para a ocorrência de um abuso em questão é susceptível de ser diminuída. As primeiras ocorrências e as últimas são susceptíveis de ser mais facilmente distinguidas em relação às outras (Berch, 1978; Dewing & Kennealy, 1974; Powell & Thomson, 1997), bem como ocorrências que são diferentes de outras em termos de contexto ou conteúdo (Johnson, Foley, & Leach, 1988). Desse modo, o fornecimento de pistas de recuperação no decorrer da entrevista parece diminuir apenas os erros relacionados com o significado principal do acontecimento. Salienta-se ainda, que estes erros parecem aumentar com o passar do tempo (Pipe, Gee, Wilson, & Egerton, 1999).

Quando as crianças são entrevistadas passado um longo período de tempo após o acontecimento, os erros que tendem a cometer são descrições menos exatas de coisas que de fato aconteceram ou distorções de itens que integraram o acontecimento (Poole & White, 1993). É de salientar que, não raras vezes, quando as crianças são entrevistadas acerca de acontecimentos remotos, muita informação recordada parece ser nova, não tendo sido

relatada em entrevistas anteriores. Este fenómeno é designado por reminiscência (Alberto, 2006; Peterson, 2002; Pipe, Gee, Wilson, & Egerton, 1999). Alberto (2006) refere que este fenómeno ocorre porque, na sequência da recordação de um aspeto do acontecimento, surge um outro que não tinha sido recuperado numa evocação anterior. Uma investigação realizada por Pipe, Gee, Wilson e Egerton, (1999) demonstrou que, por vezes, esta informação nova, quando lícitada através de questões fechadas, tende a não ser exata. Por outro lado, segundo Alberto (2006), durante uma entrevista pode ser recolhida informação que é nova apenas porque numa entrevista anterior determinada questão não foi colocada e, apesar da criança a recordar, não considerou pertinente referi-la. No processo de recordação de acontecimentos remotos, outros fatores parecem exercer influência. Assim, parece ser consensual que a realização de uma primeira entrevista pouco tempo depois da ocorrência ajuda a manter acessível na memória o acontecimento em causa, resultando em relatos mais detalhados e precisos (Peterson, 2002). A considerar, estudos recentes (La Rooy, Pipe & Murray, 2005; La Rooy, Malloy, Katz & Lamb, 2010; Quas, Malloy, Melinder et al., 2007) referem que, as crianças submetidas a entrevistas baseadas na utilização de questões abertas ou orientadas (estimulação da evocação mnésica), repartidas em dois momentos diferentes revelaram uma considerável quantidade de informação no segundo momento da entrevista, sem que a quantidade de informação errada aumentasse. Uma primeira abordagem dos fatos sobre os quais pretendemos informações serviria assim para orientar o processo de evocação mnésica, que beneficiária da mediação temporal (La Rooy, Malloy, Katz & Lamb, 2010; La Rooy, Lamb & Pipe, 2009).

1.1.3. Falsas Memórias

A possibilidade das crianças relatarem falsas memórias é, indubitavelmente, uma questão central na discussão do desempenho da memória das crianças vítimas de abuso sexual (Carvalho, 2007). Na década de 90 do século passado, os estudos de Loftus (2003) sobre falsas memórias tiveram sérias repercussões no fenómeno das memórias reprimidas de abuso sexual. Neste período ocorreram inúmeras queixas de abusos sexuais

sofridos na infância, após as alegadas vítimas terem sido submetidas a intervenções terapêuticas, algumas delas sugestivas (Brainerd & Reyna, 2005), o que reforça a possibilidade da criação de memórias falsas através da sugestão externa, acidental ou deliberada de informação falsa. Os estudos demonstram que as crianças mais novas (5-7 anos) são mais vulneráveis à implementação de falsas memórias do que as crianças mais velhas (9-12 anos) (Pezdek & Hinz, 2002). Esta vulnerabilidade parece ser maior quando o falso acontecimento integra informação de acontecimentos que a criança, na realidade, já vivenciou (Pezdek & Hinz, 2002) comparativamente a acontecimentos muito distintos dos que a criança viveu (Pipe, Cordeiro, Orbach, & Esplin, 2004). Segundo Hyman et al. (1995, cit in Pezdek e Hinz, 2002) e Pezdek et al. (1997, cit in Pezdek & Hinz, 2002), quando um acontecimento é sugerido, é ativado na memória um esquema de informação relevante relacionada com a sugestão. A memória passa, então, a incluir a informação sugerida e a informação transportada do esquema ativado. Assim, a probabilidade da criança considerar o acontecimento sugerido como verdadeiro depende da proximidade que existe entre o conteúdo desse esquema e da informação falsa. Os resultados sugerem que o simples fato da criança imaginar um acontecimento não aumenta a probabilidade desse acontecimento ser integrado na memória autobiográfica (Carvalho, 2007).

A confabulação forçada poderá ser outra hipótese explicativa da formação de falsas memórias (Ackil & Zaragoza, 1998), e pode ocorrer por exemplo, em contextos de entrevista, onde a pressão para a fabricação de uma resposta pode conduzir a criança a responder de forma incongruente com a informação da sua memória (Howe, Cicchetti, & Toth, 2006). Ackil e Zaragoza (1998) salientam que mais investigações são necessárias para esclarecer a relação entre a pressão para confabular e o desenvolvimento de falsas memórias, contudo, os dados existentes são suficientes para alertar os profissionais que entrevistam as crianças no sentido de preservar a integridade das suas memórias.

2. Protocolo de Entrevista Forense do NICHD – Lamb et al. (2008; 2011)

A avaliação da veracidade dos relatos no caso de uma suspeita de abuso

sexual torna-se uma tarefa desafiante. Confirmar por entrevista, se num passado mais ou menos longínquo aconteceu algo e como aconteceu, ou discernir, de entre tudo o que foi dito, o que corresponde à realidade e o que é construído é uma tarefa complexa (Alberto, 2006). Esta complexidade torna-se maior se consideramos que as características dos casos de abuso sexual, geralmente sem lesões ou indícios, levam a que o relato da criança assuma um papel central no processo de investigação criminal (Davies & Pezdek, 2010; Magalhães, 2010).

Ser testemunha fulcral no sistema penal atual surge como um dos grandes desafios colocados a profissionais e à própria criança/adolescente (Alberto, 2006). Habitualmente, as crianças e os adolescentes vêm questionada a sua credibilidade quando resolvem denunciar a situação de abuso sexual, o que agrava o seu mal-estar psicológico (Alberto, 2008). A pesquisa em torno dos procedimentos e técnicas de entrevista com crianças é alvo de grande investimento e prospera à medida que aumentam as denúncias de abuso sexual. A elevada preocupação na sinalização das situações do abuso sexual transforma as entrevistas realizadas com crianças suspeitas de serem vítimas de abuso sexual em métodos de revelação do abuso sexual (Peixoto, 2011).

Os profissionais concordam que a criança deve ser entrevistada o mais rapidamente possível após ter sofrido as alegadas ofensas, por entrevistadores que introduzam o mínimo de informação enquanto encorajam as crianças a proporcionar o máximo de detalhes na forma de narrativas, através de questões abertas como *“Tell me what happened”* (Lamb et al., 2007) A informação resultante de questões abertas é considerada mais precisa do que a extraída através de questões fechadas (Lamb, Orbach, Hershkowitz, Horowitz, & Abbott, 2007). Os entrevistadores são esclarecidos a evitarem questões do tipo “sim/não” considerando que estas são susceptíveis de provocar informação errada nas crianças, devendo eliminar completamente as questões sugestivas (Ceci & Bruck, 1995).

A entrevista forense surge, assim, como um recurso considerável, no qual o psicólogo deve ter presente que a sua postura, as características da criança/adolescente que vai entrevistar, o local e o desenrolar da própria

entrevista podem ser determinantes em relação à quantidade e ao grau de exatidão das informações recolhidas (Alberto, 2006). Nesta entrevista não deve ser incluído qualquer tipo de intervenção/apoio. O psicólogo deverá ter sempre o cuidado de clarificar o seu discurso e o da criança para não cair no erro das conclusões precipitadas, ponderando que pode haver variadas explicações para o que foi descrito (Alberto, 2006; Lanning, 2002; Lindberg et al., 2003; Poole & Lamb, 1998).

Um aspeto fundamental desta entrevista forense é a estrutura particular da comunicação que a compõe, com um menor controlo da conversa por parte do adulto e um maior espaço para a narrativa livre por parte da criança (Alberto, 2006). Criar este espaço de abertura e mantê-lo torna-se difícil, quer para o psicólogo quer para a criança (Alberto, 2006). Na entrevista realizada em contexto forense, especialmente na fase da narrativa livre, a criança fica sem bases externas para estruturar o discurso e, geralmente dá uma descrição curta e pobre em pormenores (Alberto, 2006). É ainda comum as crianças mais novas considerarem que os adultos sabem já muitas coisas, acabando por não dizer tudo aquilo de que se lembram (Alberto, 2006; Poole & Lamb, 1998; Westcott, Davies, & Bull, 2002).

O psicólogo deve saber que o discurso da criança não é igual ao do adulto, mesmo quando aparenta sê-lo. Geralmente as crianças usam conceitos de que não sabem o significado concreto e usam palavras muito próprias, produzindo às vezes um discurso pouco claro (Westcott et al., 2002). Por outro lado, quando as crianças não percebem o que o adulto lhes diz, raramente pedem para esclarecer, optando por responder mesmo quando não entendam o que lhes foi perguntado. Sendo assim, o psicólogo deve usar as mesmas designações da criança, formulando questões curtas para que ela compreenda exatamente o que está a ser questionado (Westcott et al., 2002).

O protocolo de entrevista forense do National Institute of Child Health and Human Development (NICHD) é um protocolo estruturado e flexível de entrevista. A sua elaboração reflete uma série de estudos realizados por Michael Lamb e colaboradores ao longo de 20 anos condensados no livro “Tell me What Happened” (Lamb et al., 2008). O objetivo deste protocolo é uma melhoria na obtenção de informações relevantes do ponto de vista forense, a partir da entrevista de testemunhas vulneráveis, tentando potenciar

a capacidade de evocação mnésica e a capacidade narrativa do entrevistado, mas reduzindo a interferência do entrevistador nos conteúdos do relato, nomeadamente através da eliminação de perguntas sugestivas. A utilização deste protocolo é particularmente importante em casos de crimes sobre crianças, como por exemplo o abuso sexual de crianças.

Numa fase introdutória, o entrevistador apresenta-se, esclarece a tarefa que será exigida à criança (a necessidade de descrever ao pormenor determinados eventos e dizer a verdade sobre eles), e descreve as regras da entrevista (a criança pode e deve responder que não sabe, não se lembra ou que não compreende, quando for esse o caso, ou deve corrigir o entrevistador quando apropriado) (Lamb et al., 2007; Lamb, 2008). O entrevistador deverá salientar que a criança é a única fonte de informação sobre o acontecimento alvo, pois ele não esteve presente e só a criança poderá dizer o que realmente aconteceu (Lamb, 2008). De acordo com vários estudos, o fornecimento deste tipo de instruções à criança, numa fase inicial da entrevista, parece maximizar as suas competências para dar informação e fornecer um relato mais correcto, para além de aumentar a sua capacidade de resistência à sugestão (Ceci & Bruck, 1995; Lamb et al., 2007; Malloy & Quas, 2009).

O estabelecimento da relação entre o entrevistador e a criança é realizado em duas fases: uma secção aberta e estruturada, onde o entrevistador deve promover estabelecer relação com a criança (Lamb, 2008); uma segunda secção, onde é solicitada à criança a descrição de um evento neutro, recentemente vivido. Esta secção é importante no treino de resposta a questões abertas e é ainda relevante para a criança tomar consciência do grau de detalhe que lhe será solicitado sobre a descrição do evento. As respostas, às questões abertas realizadas na fase pré-substantiva, potenciam a capacidade de relato da criança às questões abertas realizadas na fase substantiva da entrevista (Lamb et al., 2008).

Entretanto, o entrevistador realiza uma série de questões abertas no sentido de orientar a criança para o evento alvo que está a ser submetido a uma investigação criminal (“Sabes-me dizer a razão pela qual vieste hoje falar comigo?”). Assim que a alegação tiver sido verbalizada pela criança, o entrevistador solicita à criança que esta lhe diga tudo o que ocorreu do

princípio até ao fim “*Conta-me tudo o que te lembras do que aconteceu*”. Depois da narrativa livre, o entrevistador deve recorrer a questões abertas e questões orientadoras (que só podem incluir informação já fornecida pela criança) de forma a estimular a descrição espontânea e a evocação mnésica livre sobre o evento em análise. O entrevistador deverá ainda estabelecer se o evento descrito ocorreu “uma vez ou mais do que uma vez”, procedendo, em seguida, à identificação de informações específicas de cada ocorrência. Se faltarem detalhes importantes do relato, o entrevistador poderá utilizar questões mais diretas, mas sem introduzir informação que não tenha sido dada previamente pela criança. A utilização de perguntas sugestivas, que apresentem um sentido de resposta, devem ser excluídas em todas as fases da entrevista.

O protocolo de entrevista forense de NICHHD tem sido identificado na literatura como o exemplo máximo da ciência aplicada ao domínio da entrevista com crianças (Brainerd & Reyna, 2005). O reconhecimento alargado reunido por este protocolo de entrevista fundamenta-se na sua forte base empírica (Lamb et al., 2008). Além disso, a utilização do protocolo tem demonstrado ganhos significativos nas entrevistas realizadas, sobretudo devido à qualidade e quantidade de informação que estas providenciam (Lamb et al., 2007; 2008), fornecendo informações significativamente relevantes para a investigação criminal. De salientar que a apreciação por parte das entidades judiciais tem sido bastante positiva, sobretudo no que diz respeito ao valor probatório em fase de julgamento (Peixoto, Ribeiro, & Lamb, 2011).

II - Objetivos

A presente investigação tem como objetivos:

- Avaliar a influência do *Intervalo de tempo* decorrente entre a 1ª entrevista (visionamento de um vídeo e evocação imediata) e a 2ª entrevista realizada uma semana depois, a nível da quantidade de informação exata, erros e confabulações.
- Analisar a influência da *Idade* a nível da quantidade de informação exata, erros e confabulações.

Variáveis

As *Variáveis Dependentes* (VD) neste estudo são:

- a) Informação exata – ou seja, os detalhes relatados que conferem com a história visionada;
- b) Erros – informação incorreta (e.g. erros de percepção/evocação - a menina estava a comer bolachas)
- c) Confabulação – informação que não integrava a história visionada mas que era integrada/inferida pela criança (e.g. a menina ficou sozinha)

As *Variáveis Independentes* (VI) neste estudo são:

- a) Intervalo de tempo (uma semana) entre a 1ª e a 2ª entrevista;
- b) Idade

Considerando os objetivos propostos e a revisão dos estudos anteriores foram formuladas as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: Na evocação imediata (1ª entrevista) a quantidade de informação exata é mais elevada do que na evocação diferida (uma semana depois), enquanto se esperam mais erros e confabulações na 2ª entrevista;

Hipótese 2: Espera-se que a idade influencie no sentido de diminuir a interferência do intervalo de tempo, ou seja, as crianças mais velhas não terão resultados tão díspares entre as duas entrevistas como as crianças mais novas.

III – Metodologia

1. Caracterização da Amostra

No sentido de alcançar os objetivos propostos, este estudo teve como amostra¹ 120 crianças e adolescentes de ambos os sexos da população geral, com idades compreendidas entre os 4 e os 16 anos, divididos de forma equivalente por 5 faixas etárias², com 24 sujeitos por faixa etária (ver tabela 1).

¹ A amostra foi recolhida nos distritos de Viseu (Lamego) e Coimbra (Coimbra, Miranda do Corvo, Vila Nova de Poiares e Arganil).

² IC:4 anos; IC: 5 e 6 anos; IC: 7 aos 9 anos; IC: 10 aos 12 anos; IC: 13 aos 16 anos.

A amostra integra 53,3% elementos do sexo masculino e 46,7% do sexo feminino. O nível de escolaridade situa-se entre o pré-escolar e o 11º ano de escolaridade, com uma maior incidência de sujeitos no pré-escolar (31,7%) (ver tabela 1).

Tabela 1: Caracterização sociodemográfica da amostra

	N	Percentagem
Género		
Masculino	64	53,3%
Feminino	56	46,7%
Idade		
4 Anos	24	20%
5-6 Anos	24	20%
7-9 Anos	24	20%
10-12 Anos	24	20%
13-16 Anos	24	20%
Escolaridade		
0(Pré-Escolar)	38	31,7%
1º ano	11	9,2%
2º ano	5	4,2%
3º ano	10	8,3%
4º ano	7	5,8%
5º ano	7	5,8%
6º ano	7	5,8%
7º ano	11	9,2%
9º ano	14	11,7%
10º ano	6	5,0%
11º ano	4	3,3%

Caracterizando a amostra relativamente à escolaridade dos progenitores verificámos (ver tabela 2) que o ensino secundário é o nível escolar mais frequentado entre as mães (40%). Na formação dos pais, para além do secundário (26,7%) destaca-se igualmente a frequência do 3º ciclo (26,7%). O ensino superior é o que apresenta uma menor frequência para ambos os progenitores.

Tabela 2: Caracterização da amostra relativamente ao nível escolar dos progenitores

Escolaridade	N	Percentagem
Mãe		

	1º Ciclo	13	10,8%
	2º Ciclo	9	7,5%
	3º Ciclo	27	22,5%
	Secundário	48	40%
	Ensino Superior	10	8,5%
Pai	1º Ciclo	23	19,2%
	2º Ciclo	11	9,2%
	3º Ciclo	32	26,7%
	Secundário	32	26,7%
	Ensino Superior	4	3,3%

No que respeita à profissão (ver tabela 3), as profissões exercidas pelas mães estão presentes maioritariamente nos trabalhadores não qualificados (13,3%), seguindo-se o pessoal administrativo (12,5%) a par com o desemprego (12,5%). Nos pais destaca-se uma predominância no sector dos operários e artífices (25,8%).

Tabela 3: Caracterização da amostra ao nível profissional dos progenitores

Profissão	N	Percentagem	
Mãe	Dirigente e Quadros Superiores	5	4,2%
	Especialistas – Profissão		
	Intelectual e Científica	7	5,8%
	Profissionais de Nível Médio		
	Pessoal Administrativo	5	4,2%
	Pessoal de Serviços e Vendedores	15	12,5%
	Operários e Artífices	25	20,8%
	Operadores de Máquinas	7	5,8%
	Trabalhador Não Qualificado	2	1,7%
	Desempregado	16	13,1%
	Doméstica	15	12,5%
		12	10,0%
	Pai	Dirigentes e Quadros Superiores	
Especialistas – Profissão			
Intelectual e Científica			
Profissionais de Nível Médio		11	9,2%
Pessoal Administrativo			
Pessoal de Serviços e Vendedores		3	2,5%
Agricultores e Pesca		7	5,8%
Operários e Artífices		6	5,0%
Operadores de Máquinas			

Trabalhador Não Qualificado	11	9,2%
Desempregado	3	2,5%
Reformado	31	25,8%
	10	8,3%
	20	16,7%
	2	1,7%
	1	0,8%

2. Instrumentos

Para a realização deste estudo, recorreu-se a um questionário sociodemográfico, a um vídeo, à Entrevista do Protocolo do NICHD e a um conjunto de questões fechadas.

Questionário sociodemográfico

Para efeitos de caracterização da amostra, procedeu-se ao preenchimento de um questionário sociodemográfico³ de recolha de dados sobre características como sexo, idade e nível de escolaridade. Neste questionário procurou-se ainda conhecer o nível de escolaridade e a categoria profissional dos progenitores.

Vídeo

O vídeo apresentado é um anúncio publicitário, de curta duração (30 segundos), intitulado “*Helping*”. O vídeo alude a uma situação que envolve uma criança sentada numa banca de cozinha a comer chocolate; entretanto ouve-se uma mulher a chamá-la; a criança desce da banca e vai ter com esta mulher ao corredor colocando as mãos atrás das costas, a mulher aparece e baixa-se colocando-se de costas para a criança; pede-lhe para a ajudar a fechar o fecho do vestido; a criança tenta correr o fecho do vestido mas não consegue, puxa o vestido deixando marcas de chocolate enquanto o fecha; quando termina, a mulher volta-se para a criança dá-lhe um beijo e segue para a porta, acena um adeus à criança que retribui e sorri.

³ (ver Anexo 1)

Protocolo de Entrevista do NICHD (Lamb et al, 2008)

O Protocolo de Entrevista do NICHD⁴ (Lamb et al, 2008) tem várias etapas. Na presente investigação começou-se pela etapa de estabelecimento da relação, com uma breve apresentação do entrevistador e pedido de apresentação da criança, seguida da visualização do vídeo.

Depois de visionado o vídeo, prosseguiu-se com a entrevista através da realização da cerimónia da verdade e da mentira e foi dada informação à criança/adolescente sobre as regras da entrevista. Posteriormente foi continuado o estabelecimento da relação e o treino da memória episódica, onde se solicitou à criança que descrevesse um evento neutro recentemente vivido (e.g. aniversário, festa da escola).

Na segunda fase, na parte substantiva da entrevista, procedeu-se à investigação do evento, ou seja, do vídeo visualizado através da narrativa livre, tendo como questão central “Conta-me tudo o que aconteceu no vídeo que acabaste de ver”. Em seguida, procurou-se clarificar e recolher mais informação através de questões abertas. Quando o entrevistador percebeu que chegou a um ponto da entrevista em que não era possível recolher mais informação, preparou-se a conclusão da mesma.

3. Procedimentos

Para a realização deste estudo, estabeleceram-se contatos com entidades vocacionadas para a infância e juventude, nomeadamente centros escolares e outros grupos frequentados pelas crianças e adolescentes, como catequese e escuteiros. Nas Instituições que acolheram de forma positiva o projeto, informaram-se os encarregados de educação sobre o teor da pesquisa, solicitando-se o consentimento para a participação dos seus filhos que tivessem entre os 4-16 anos. Os que aceitaram colaborar foram informados sobre as questões da confidencialidade e anonimato, que seriam garantidas. Numa segunda fase, foi pedida a colaboração a crianças e adolescentes, cuja participação foi voluntária.

O protocolo de investigação começava com a recolha de dados através do preenchimento do Questionário Sociodemográfico. De seguida, mostrava-se aos participantes, com recurso a computador, o vídeo com

⁴ (ver Anexo 2)

duração de 30'". Após o visionamento, iniciava-se a entrevista, seguindo todos os passos da entrevista do protocolo do NICHD. Por fim, a metade da amostra, foi administrada uma lista de questões focalizadas⁵. A administração do protocolo foi individual, num espaço isento de estímulos distrativos e no espaço institucional onde os participantes se encontravam (e.g. escola; infantário).

Uma semana após a realização do primeiro momento do protocolo de investigação foi administrada novamente a entrevista NICHD, sem visionamento do vídeo nem administração da lista de questões focalizadas.

IV - Resultados

Para facilitar a organização da apresentação e discussão dos resultados, optámos por estruturar em função das hipóteses.

Hipótese 1: Na evocação imediata (1ª entrevista) a quantidade de informação exata é mais elevada do que na evocação diferida (uma semana depois), enquanto se esperam mais erros e confabulações na 2ª entrevista.

Com o objetivo de testar esta hipótese recorreu-se ao teste *t* de *Student* para amostras emparelhadas (ver tabela 4). Os resultados obtidos permitem verificar que no total de *informação exata* não existem diferenças estatisticamente significativas [$t(119) = -.060$; $p = .953$] entre a 1ª entrevista e a 2ª entrevista ($M = -.008$; $DP = 1.531$). Assim como não existem diferenças estatisticamente significativas no total de *erros* [$t(119) = 1,598$; $p = .113$] entre a 1ª entrevista e a 2ª entrevista ($M = .108$; $DP = .742$) e no total de *confabulações* [$t(119) = .407$; $p = .685$] entre ambas as entrevistas ($M = .033$; $DP = .082$). Os resultados apresentados na Tabela 4 revelam que a 1ª entrevista ($M = 5.25$; $DP = 2,345$) apresenta menos *informação exata* que a 2ª entrevista ($M = 5.26$; $DP = 2.604$). Relativamente ao total de *erros* verifica-se a

⁵ Esta lista era composta de 5 questões fechadas que continham informação presente no vídeo, e mais 15 questões com informação não presente no vídeo. Algumas destas questões eram de escolha forçada sim/não (ver Anexo 3). Neste estudo em particular não foram trabalhadas as respostas a esta lista de questões.

existência de menos *erros* na 2ª entrevista (M=.53; DP=.766) comparativamente com a 1ª entrevista (M=.64; DP=.797) e menos *confabulações* na 2ª entrevista (M=1.59; DP=.966) do que na 1ª entrevista (M=1.63; DP=1.070).

Tabela 4. Valores t Student: Médias e Desvios-Padrões relativos à informação exata, erros e confabulações nas duas entrevistas

Variáveis	1ª Entrevista		2ª Entrevista		t(119)	95% IC		
	M (DP)	EP	M (DP)	EP		LI	LS	R
Informação exata	5.25 (2.345)	.214	5.26 (2.604)	.238	-.060	-.285	.268	.814
Erros	.64 (.797)	.073	.53 (.766)	.070	1.598	-.026	.243	.549
Confabulações	1.63 (1.070)	.098	1.59 (.966)	.088	.407	-.129	.196	.615

Nota: **N**=120; **EP**=Erro Padrão; **IC**=Intervalo de Confiança; **LI**=Limite Inferior; **LS**=Limite Superior; **R**= Correlação de *Pearson* entre os dois momentos

Hipótese 2: Espera-se que a idade influencie no sentido de diminuir a interferência do intervalo de tempo, ou seja, as crianças mais velhas não terão resultados tão díspares entre as duas entrevistas como as crianças mais novas.

Com o objetivo de testar esta hipótese recorreu-se ao teste de *Wilcoxon* para amostras emparelhadas para cada uma das categorias etárias.

Na categoria etária dos 4 anos, como podemos verificar (ver tabela 5) as diferenças observadas entre a 1ª e a 2ª entrevista não são estatisticamente significativas quanto ao total de *informação exata* ($Z=-.725$; $p=.234$), *erros* ($Z=-1.406$; $p=.080$) e *confabulações* ($Z=-.811$; $p=.208$).

Os resultados obtidos permitem verificar uma maior quantidade de *informação exata* na 1ª entrevista (Diferenças Negativas=7; Diferenças Empatadas=13) comparativamente com a 2ª entrevista (Diferenças Positivas=4). Relativamente à 1ª entrevista verifica-se um maior número de *erros* (Diferenças Negativas=5; Diferenças Empatadas=17) comparativamente à 2ª entrevista (Diferenças Positivas=2) e mais

confabulações na 1ª entrevista (Diferenças Negativas= 5; Diferenças Empatadas= 15) do que na 2ª entrevista (Diferenças Positivas=4).

Tabela 5. Influência da Idade no Intervalo de Tempo na categoria etária dos 4 anos (n=24)

Variáveis	Número de Ordens			Z	p
	Negativas (M)	Positivas (M)	Empates		
Informação exata 2ªEntrevista- Informação exata 1ªEntrevista	7 ^a (5.86)	4 ^b (6.25)	13 ^c	-.725	.234
Erros 2ªEntrevista- Erros 1ªEntrevista	5 ^d (4.40)	2 ^e (3.00)	17 ^f	-1.406	.080
Confabulações 2ªEntrevista- Confabulações 1ªEntrevista	5 ^g (5.80)	4 ^h (4.00)	15 ⁱ	-.811	.208

a) Informação exata 2ª Entrevista < Informação exata 1ª Entrevista

b) Informação exata 2ª Entrevista > Informação exata 1ª Entrevista

c) Informação exata 2ª Entrevista = Informação exata 1ª Entrevista

d) Erros 2ª Entrevista < Erros 1ª Entrevista

e) Erros 2ª Entrevista > Erros 1ª Entrevista

f) Erros 2ª Entrevista = Erros 1ª Entrevista

g) Confabulações 2ª Entrevista < Confabulações 1ª Entrevista

h) Confabulações 2ª Entrevista > Confabulações 1ª Entrevista

i) Confabulações 2ª Entrevista = Confabulações 1ª Entrevista

Na faixa etária dos 5 e 6 anos, como podemos verificar (ver tabela 6) as diferenças observadas entre a 1ª entrevista e a 2ª entrevista não são estatisticamente significativas quanto ao total de *informação exata* (Z=-1.467; p=.071), *erros* (Z=-1.069; p=.142) e *confabulações* (Z=-1.000; p=.158).

Os resultados alcançados permitem averiguar uma maior quantidade de *informação exata* na 1ª entrevista (Diferenças Negativas=13; Diferenças Empatadas=5) do que na 2ª entrevista (Diferenças Positivas=6). O número de *erros* é maior na 1ª entrevista (Diferenças Negativas=7; Diferenças Empatadas=13) comparativamente com a 2ª entrevista (Diferenças Positivas=4), existindo mais *confabulações* na 2ª entrevista (Diferenças Positivas=6) do que na 1ª entrevista (Diferenças Negativas= 3; Diferenças Empatadas= 15).

Tabela 6. Influência da Idade no Intervalo de Tempo na faixa etária dos 5 e 6 anos (n=24)

Variáveis	Número de Ordens		
	Negativas	Positivas	Empates

	Número de Ordens			Z	p
	Negativas (M)	Positivas (M)	Empates		
Informação exata 2ªEntrevista- Informação exata 1ªEntrevista	13 ^a (10.00)	6 ^b (10.00)	5 ^c	-1.467	.071
Erros 2ªEntrevista- Erros 1ªEntrevista	7 ^d (6.29)	4 ^e (5.50)	13 ^f	-1.000	.142
Confabulações 2ªEntrevista- Confabulações 1ªEntrevista	3 ^g (5.00)	6 ^h (5.00)	15 ⁱ	-1.069	.158

- a) Informação exata 2ª Entrevista < Informação exata 1ª Entrevista
b) Informação exata 2ª Entrevista > Informação exata 1ª Entrevista
c) Informação exata 2ª Entrevista = Informação exata 1ª Entrevista
d) Erros 2ª Entrevista < Erros 1ª Entrevista
e) Erros 2ª Entrevista > Erros 1ª Entrevista
f) Erros 2ª Entrevista = Erros 1ª Entrevista
g) Confabulações 2ª Entrevista < Confabulações 1ª Entrevista
h) Confabulações 2ª Entrevista > Confabulações 1ª Entrevista
i) Confabulações 2ª Entrevista = Confabulações 1ª Entrevista

Na faixa etária dos 7 aos 9 anos, como é possível averiguar (ver tabela 7) as diferenças observadas entre a 1ª entrevista e a 2ª entrevista não são estatisticamente significativas quanto ao total de *informação exata* ($Z=-.062$; $p=.475$), *erros* ($Z=-.587$; $p=.278$), mas são estatisticamente significativas quanto às *confabulações* ($Z=-1.658$; $p=.048$).

Na 1ª entrevista há uma maior quantidade de *informação exata* (Diferenças Negativas=11; Diferenças Empatadas=5) comparativamente com a 2ª entrevista (Diferenças Positivas=8). O número de *erros* é o mesmo em ambas as entrevistas (Diferenças Negativas=4; Diferenças Positivas=4; Diferenças Empatadas=16). No que respeita às *confabulações* verifica-se um maior número de *confabulações* na 2ª entrevista (Diferenças Positivas=9) em relação à 1ª entrevista (Diferenças Negativas=2; Diferenças Empatadas= 13).

Tabela 7. Influência da Idade no Intervalo de Tempo na faixa etária 7 - 9 anos (n=24)

Variáveis	Número de Ordens			Z	p
	Negativas (M)	Positivas (M)	Empates		
Informação exata 2ªEntrevista- Informação exata 1ªEntrevista	11 ^a (8.77)	8 ^b (11.69)	5 ^c	-.062	.475
Erros 2ªEntrevista- Erros 1ªEntrevista	4 ^d (3.50)	4 ^e (5.50)	16 ^f	-.587	.278
Confabulações 2ªEntrevista- Confabulações 1ªEntrevista	2 ^g (7.75)	9 ^h (5.61)	13 ⁱ	-1.658	.048

- a) Informação exata 2ª Entrevista < Informação exata 1ª Entrevista
 b) Informação exata 2ª Entrevista > Informação exata 1ª Entrevista
 c) Informação exata 2ª Entrevista = Informação exata 1ª Entrevista
 d) Erros 2ª Entrevista < Erros 1ª Entrevista
 e) Erros 2ª Entrevista > Erros 1ª Entrevista
 f) Erros 2ª Entrevista = Erros 1ª Entrevista
 g) Confabulações 2ª Entrevista < Confabulações 1ª Entrevista
 h) Confabulações 2ª Entrevista > Confabulações 1ª Entrevista
 i) Confabulações 2ª Entrevista = Confabulações 1ª Entrevista

Na faixa etária dos 10 aos 12 anos, como podemos conferir (ver tabela 8) as diferenças observadas entre a 1ª entrevista e a 2ª entrevista não são estatisticamente significativas quanto ao total de *informação exata* ($Z=-.789$; $p=.215$) mas são estatisticamente significativas quanto às *confabulações* ($Z=-1.853$; $p=.01$) e aos *erros* ($Z=-2.324$; $p=.032$).

Os resultados obtidos permitem verificar uma maior quantidade de *informação exata* na 2ª entrevista (Diferenças Positivas=9) comparativamente com a 1ª entrevista (Diferenças Negativas=7; Diferenças Empatadas=8). Relativamente ao número de *erros* verificam-se mais erros na 1ª entrevista (Diferenças Negativas=10; Diferenças Empatadas=12) do que na 2ª entrevista (Diferenças Positivas=2), e verificam-se também mais *confabulações* na 1ª entrevista (Diferenças Negativas=10; Diferenças Empatadas=12), comparativamente com a 2ª entrevista (Diferenças Positivas=2).

Tabela 8. Influência da Idade no Intervalo de Tempo na faixa etária 10 - 12 anos (n=24)

Variáveis	Número de Ordens			Z	p
	Negativas (M)	Positivas (M)	Empates		
Informação exata 2ªEntrevista- Informação exata 1ªEntrevista	7 ^a (7.57)	9 ^b (9.22)	8 ^c	-0.789	.215
Erros 2ªEntrevista- Erros 1ªEntrevista	10 ^d (6.60)	2 ^e (6.00)	12 ^f	-2.324	.01
Confabulações 2ªEntrevista- Confabulações 1ªEntrevista	10 ^g (6.15)	2 ^h (8.25)	12 ⁱ	-1.853	.032

- a) Informação exata 2ª Entrevista < Informação exata 1ª Entrevista
 b) Informação exata 2ª Entrevista > Informação exata 1ª Entrevista
 c) Informação exata 2ª Entrevista = Informação exata 1ª Entrevista
 d) Erros 2ª Entrevista < Erros 1ª Entrevista
 e) Erros 2ª Entrevista > Erros 1ª Entrevista
 f) Erros 2ª Entrevista = Erros 1ª Entrevista
 g) Confabulações 2ª Entrevista < Confabulações 1ª Entrevista
 h) Confabulações 2ª Entrevista > Confabulações 1ª Entrevista
 i) Confabulações 2ª Entrevista = Confabulações 1ª Entrevista

Protocolo de Entrevista Forense do NICHHD: análise da influência das variáveis intervalo de tempo e idade na informação relatada na entrevista

Na faixa etária dos 13 aos 16 anos, como podemos apurar (ver tabela 9) as diferenças observadas entre a 1ª entrevista e a 2ª entrevista não são estatisticamente significativas quanto ao total de *informação exata* ($Z=-1.287$; $p=.099$) e *confabulações* ($Z=-.263$; $p=.396$) mas apresentam diferenças estatisticamente significativas quanto ao total de *erros* ($Z=-1.633$; $p=.051$)

Na 2ª entrevista é possível perceber uma maior quantidade de *informação exata* (Diferenças Positivas=10) relativamente à 1ª entrevista (Diferenças Negativas=6; Diferenças Empatadas=8). O número de *erros* também é maior na 2ª entrevista (Diferenças Positivas=5), comparativamente com a 1ª entrevista (Diferenças Negativas=1; Diferenças Empatadas=18) assim como as *confabulações* na 2ª entrevista (Diferenças Positivas=7), comparativamente com a 1ª entrevista (Diferenças Negativas=6; Diferenças Empatadas=11).

Tabela 9. Influência da Idade no Intervalo de Tempo na faixa etária 13- 16 anos (n=24)

Variáveis	Número de Ordens			Z	p
	Negativas (M)	Positivas (M)	Empates		
Informação exata 2ªEntrevista- Informação exata 1ªEntrevista	6 ^a (7.25)	10 ^b (9.25)	8 ^c	-1.287	.099
Erros 2ªEntrevista- Erros 1ªEntrevista	1 ^d (3.50)	5 ^e (3.50)	18 ^f	-1.633	.051
Confabulações 2ªEntrevista- Confabulações 1ªEntrevista	6 ^g (8.17)	7 ^h (6.00)	11 ⁱ	-.263	.396

- a) Informação exata 2ª Entrevista < Informação exata 1ª Entrevista
 b) Informação exata 2ª Entrevista > Informação exata 1ª Entrevista
 c) Informação exata 2ª Entrevista = Informação exata 1ª Entrevista
 d) Erros 2ª Entrevista < Erros 1ª Entrevista
 e) Erros 2ª Entrevista > Erros 1ª Entrevista
 f) Erros 2ª Entrevista = Erros 1ª Entrevista
 g) Confabulações 2ª Entrevista < Confabulações 1ª Entrevista
 h) Confabulações 2ª Entrevista > Confabulações 1ª Entrevista
 i) Confabulações 2ª Entrevista = Confabulações 1ª Entrevista

Para avaliar se a idade afeta significativamente o total de informação exata, de erros e de confabulações nas duas entrevistas, recorreu-se ainda a

uma ANOVA⁶ (*one-way*) seguida do teste *post-hoc*⁷ de *Bonferroni*.

Os resultados obtidos revelam a presença de diferenças estatisticamente significativas entre as médias das diferentes categorias etárias para o total de *informação exata* na 1ª entrevista ($F(4, 115) = 24.530$; $p = .000$) e na 2ª entrevista ($F(4, 115) = 27.308$; $p = .000$), assim como para o total de *erros* na 1ª entrevista ($F(4, 115) = 6.373$; $p = .000$) e na 2ª entrevista ($F(4, 115) = 2.883$; $p = .026$), e para o total de *confabulações* na 1ª entrevista ($F(4, 115) = 5.871$; $p = .000$) e na 2ª entrevista ($F(4, 115) = 5.857$; $p = .000$).

Para determinar a natureza destas diferenças foi realizado o teste *post-hoc* de *Bonferroni*, o qual revela que na 1ª entrevista as crianças com 4 anos recordam significativamente ($p < 0.05$) menos *informação exata* do que as crianças/adolescentes das restantes categorias etárias. Contudo, os adolescentes (13/16 anos) apenas recordam significativamente ($p < 0.05$) mais *informação exata* do que as crianças com 4 anos, sendo que, a sua média de *informação exata* aproxima-se da média de *informação exata* das crianças/adolescentes das restantes categorias etárias (5/6 anos; 7/9 anos; 10/12 anos). As crianças com 7/9 anos e 10/12 anos recordam significativamente ($p < 0.05$) mais *informação exata* não só comparativamente com as crianças de 4 anos, como também com as crianças de 5/6 anos (ver tabela 1; Anexo 4)

Na 2ª entrevista, esta diferença acentua-se, considerando que, para além das crianças com 4 anos, também as crianças com 5/6 anos recordam significativamente ($p < 0.05$) menos *informação exata* do que as crianças/adolescentes das restantes categorias etárias. Nesta entrevista, os adolescentes (13/16 anos) não só recordam significativamente mais *informação exata* do que as crianças com 4 anos e 5/6 anos, como a média dessa *informação exata* é mais elevada do que na 1ª entrevista. A faixa etária dos 7/9 anos apresenta menos *informação exata* do que a faixa etária dos 10/12 anos e dos 13/16 anos, no entanto esta diferença não é estatisticamente significativa ($p > 0.05$), sendo que, a média de *informação exata* aproxima-se

⁶ A análise de médias de grupos inicia-se geralmente por um teste *omnibus* (a ANOVA), à hipótese nula de igualdade das médias. Quando na ANOVA rejeitamos H_0 , podemos concluir que existe pelo menos uma média populacional que é significativamente diferente das restantes.

⁷ Nos testes *post-hoc*, estamos interessados em testar a *posteriori* da rejeição da H_0 na ANOVA qual ou quais são os pares de médias significativamente diferentes.

nestas categorias etárias (ver tabela 2; Anexo 4).

Na 1ª entrevista relativamente às *confabulações* é possível averiguar que as crianças com 4 anos e 5/6 anos fornecem significativamente ($p < 0.05$) menos *confabulações* do que as crianças/adolescentes com 10/12 anos e 13/16 anos. As crianças com 4 anos fornecem, ainda, menos *confabulações* do que as crianças com 5/6 anos e 7/9 anos, no entanto, esta diferença não é estatisticamente significativa ($p > 0.05$), sendo que, a média das *confabulações* aproxima-se entre estas categorias etárias. Os adolescentes (13/16 anos) produzem mais *confabulações* do que as crianças/adolescentes com 7/9 anos e 10/12 anos, embora essa diferença também não seja estatisticamente significativa ($p > 0.05$) (ver tabela 3; Anexo 4).

Na 2ª entrevista as crianças com 4 anos fornecem significativamente ($p < 0.05$) menos *confabulações* do que as crianças/adolescentes com 7/9 anos, 10/12 anos e 13/16 anos. Os adolescentes (13/16 anos) apresentam significativamente ($p < 0.05$) mais *confabulações* do que as crianças de 4 anos e 5/6 anos. Os adolescentes (13/16 anos) apresentam ainda mais *confabulações* do que as crianças/adolescentes com 7/9 anos e 10/12 anos, apesar de essas diferenças não serem estatisticamente significativas ($p > 0.05$), uma vez que a média das *confabulações* aproxima-se entre estas categorias etárias. As crianças com 5/6 anos também apresentam menos *confabulações* do que as crianças/adolescentes com 7/9 anos e 10/12 anos, no entanto, essas diferenças também não são estatisticamente significativas ($p > 0.05$) (ver tabela 4; Anexo 4).

No que respeita aos *erros* na 1ª entrevista verifica-se que os adolescentes (13/16 anos) fornecem significativamente ($p < 0.05$) menos *erros* do que as crianças com 4 anos e 5/6 anos. As crianças com 7/9 anos também apresentam significativamente ($p < 0.05$) menos *erros* do que as crianças com 4 anos e 5/6 anos (ver tabela 5; Anexo 4).

Na 2ª entrevista a média dos *erros* aproxima-se entre as diversas categorias etárias, não se registando diferenças estatisticamente significativas ($p > 0.05$) (ver tabela 6; Anexo 4).

V - Discussão

O protocolo de entrevista forense do NICHD tem sido apontado como um importante instrumento para a recolha de informação no testemunho das crianças em situações de alegado abuso sexual. A sua utilização tem demonstrado ganhos significativos nas entrevistas realizadas, sobretudo devido à qualidade e quantidade de informação que tem providenciado (Lamb et al., 2007; 2008). No presente estudo pretendemos avaliar a influência do intervalo de tempo e da idade na informação relatada na referida entrevista.

A análise comparativa dos resultados obtidos não revelou diferenças estatisticamente significativas entre a 1ª entrevista (evocação imediata) e a 2ª entrevista (evocação diferida) quanto à quantidade de informação exata, erros e confabulações. O *intervalo de tempo* de uma semana entre ambas as entrevistas explica o resultado alcançado, uma vez que, segundo Poole e Lamb (1998), um intervalo de tempo curto entre o acontecimento e o relato diminui o risco de enviesamento e erros. O recurso ao protocolo de entrevista forense do NICHD constitui também uma explicação verosímil quanto aos resultados alcançados, atendendo a que este potencia a capacidade de evocação mnésica, permitindo aumentar a quantidade de informação exata e a capacidade narrativa do entrevistado, através da utilização de questões abertas, sem aumentar a possibilidade de surgir informação errada/falsa. Contudo, na 1ª entrevista (evocação imediata) foi possível averiguar a existência de menos informação exata, mais erros e mais confabulações comparativamente com a 2ª entrevista (evocação diferida). Estes resultados são incongruentes com o que é sustentado pela literatura, nomeadamente, Powell e Thomson (1996; 1997) defendem que a quantidade de informações corretas que podem ser lembradas sobre uma determinada ocorrência diminui rapidamente com o intervalo entre a ocorrência alvo e a entrevista, tendo em conta que a quantidade e a exatidão da informação presente na memória sofre alterações ao longo do tempo, devido à diversidade de influências a que está sujeita. Todavia, como refere Peterson (2002), a realização de uma primeira entrevista pouco tempo depois da ocorrência ajuda a manter acessível na memória o acontecimento em

causa, resultando, posteriormente, em relatos mais detalhados e precisos. A investigação sobre a repetição da entrevista tem vindo a apresentar dados benéficos, indicando que as crianças submetidas a entrevistas baseadas na utilização de questões abertas estimula a evocação, como é o caso do protocolo de entrevista forense do NICHD. Entrevistas administradas em dois momentos diferentes revelaram uma considerável quantidade de informação no segundo momento, sem que a quantidade de informação errada aumentasse (La Rooy, Pipe, & Murray, 2005; La Rooy, Malloy, Katz, & Lamb, 2010; Quas, Malloy, Melinder et al., 2007). No presente estudo, foi ainda possível perceber, através do relato dos progenitores, que as crianças, com o intuito de tornar a memória do acontecimento ocorrido (história visionada no vídeo) mais duradoura procederam à evocação mnésica em família (Fivush, 2002) em conversas estabelecidas com os cuidadores e familiares, durante o intervalo de tempo de uma semana. Como tal, comprova-se que uma primeira abordagem dos fatos sobre os quais pretendemos informações serviu para orientar o processo de evocação mnésica, que beneficiou da mediação temporal (La Rooy, Malloy, Katz, & Lamb, 2010; La Rooy, Lamb, & Pipe, 2009), tendo em conta os resultados alcançados. É ainda de salientar que, não raras vezes, quando as crianças são entrevistadas acerca de acontecimentos remotos, muita informação recordada parece ser nova, não tendo sido relatada em entrevistas anteriores. Este fenómeno é designado por reminiscência (Alberto, 2006; Peterson, 2002; Pipe, Gee, Wilson, & Egerton, 1999), que segundo Alberto (2006) ocorre porque, na sequência da recordação de um aspeto do acontecimento, surge um outro que não tinha sido recuperado numa evocação anterior, e que apenas é considerado novo porque numa entrevista anterior determinada questão não foi colocada e, apesar da criança a recordar, não considerou pertinente referi-la.

Uma investigação realizada por Pipe, Gee, Wilson e Egerton, (1999) demonstrou que esta informação nova, quando ativada através de questões fechadas tende a não ser exata. Importa reter que, no presente estudo realizou-se questionamento fechado a metade das crianças de cada grupo etário, sendo que na 1ª entrevista (evocação imediata) foi administrado apenas no final da mesma, não se tendo contabilizado as respostas a estas

questões para a informação exata, erros e confabulações que foram calculados apenas na narrativa livre.

A *idade* no momento de uma determinada ocorrência também surge como um fator que parece exercer influência na capacidade para recordar e relatar com exatidão os acontecimentos remotos. Fivush (2002) refere que é a partir da idade pré-escolar (3/5 anos) que as crianças conseguem expressar memórias detalhadas e duradouras, de forma organizada, particularmente sobre acontecimentos singulares e emocionalmente positivos, o que remete para a situação visualizada no vídeo apresentado no presente estudo. A literatura demonstra, precisamente, que as crianças em idade pré-escolar são capazes de recordar as suas experiências depois de ter decorrido um longo período de tempo (Peterson, 2002; Pipe, Gee, Wilson, & Egerton, 1999; Poole e White, 1993). Esta informação é corroborada pelos resultados obtidos neste estudo que indicam a inexistência de diferenças estatisticamente significativas nas crianças mais novas (4 anos; 5/6 anos) entre a 1ª entrevista (evocação imediata) e a 2ª entrevista (evocação diferida), no que respeita à quantidade de informação exata, erros e confabulações. O intervalo de tempo curto (uma semana) constitui, como já referido anteriormente, um fator explicativo para o resultado obtido, tendo em conta que Fivush (1993, cit in Pipe, Gee, Wilson & Egerton, 1999) demonstrou que crianças com 4 anos de idade são capazes de fornecer um relato exato de várias experiências que ocorreram 12 a 18 meses antes da entrevista. Contudo, o intervalo de tempo parece interferir nos resultados alcançados pelas crianças com 7/9 anos que apresentaram diferenças significativas quanto às confabulações entre a 1ª entrevista (evocação imediata) e a 2ª entrevista (evocação diferida), pelas crianças com 10/12 que manifestaram diferenças significativas quanto aos erros e confabulações e pelos adolescentes com 13/16 anos que também obtiveram diferenças significativas nos erros entre a 1ª entrevista (evocação imediata) e a 2ª entrevista (evocação diferida). Todavia, na maioria das investigações as crianças mais velhas parecem recordar mais e de forma mais exata que as crianças mais novas acontecimentos que tiveram lugar no passado (Peterson, 2002; Pipe, Gee, Wilson, & Egerton, 1999). O presente estudo demonstra que, de fato, as crianças mais novas (4 anos; 5/6 anos) recordam menos

informação exata do que as restantes crianças/adolescentes, contudo, revela também que na 1ª entrevista os adolescentes apenas recordam significativamente mais informação exata do que as crianças com idade pré-escolar. Na 2ª entrevista os resultados obtidos comprovam que os adolescentes recordam significativamente mais informação exata do que as crianças com 4 anos e 5/6 anos, sendo a quantidade de informação exata mais elevada do que na 1ª entrevista. Peterson (2002) defende, neste sentido, que quanto mais velha for a criança quando o acontecimento ocorre, maior é a sua capacidade para o recordar após um longo período de tempo. No entanto, os resultados demonstram que, apesar de os adolescentes recordarem mais informação exata do que as crianças, apresentam mais confabulações. Na 1ª entrevista, é possível verificar que, as crianças com 4 e 5/6 anos apresentaram significativamente menos confabulações do que as crianças/adolescentes com 10/12 anos e 13/16 anos. Na 2ª entrevista, os resultados foram idênticos, as crianças com 4 anos apresentaram significativamente menos confabulações do que as crianças/adolescentes com 7/9 anos, 10/12 anos e 13/16 anos, e os adolescentes apresentaram significativamente mais confabulações do que as crianças com 4 anos e 5/6 anos. Estes resultados comprovam que a evocação livre das crianças mais velhas é mais rica, mas menos exata do que a das crianças mais novas, ou seja, apesar dos adolescentes recordarem mais informação exata do que as crianças mais novas, a esta informação está associada uma maior confabulação. O vídeo apresentado, poderá justificar os resultados alcançados, considerando que ao contrário das crianças que demonstraram interesse pela situação visualizada, os adolescentes consideraram-na pouco desafiante e exigente, com pouca informação, e como tal, procuraram incorporar mais informação que desse mais enquadramento à história.

A idade não parece influenciar a quantidade de informação errada tendo em conta a administração do protocolo de entrevista forense do NICHHD. Constata-se que, apesar de na 1ª entrevista, as crianças (4 anos, 5/6 anos) apresentarem significativamente mais erros do que as crianças de 7/9 anos e do que os adolescentes, na 2ª entrevista não se verificaram diferenças estatisticamente significativas quanto ao total de erros. O Protocolo de Entrevista Forense do NICHHD parece justificar mais uma vez os resultados,

porque a sua utilização, segundo Lamb (2008), contribui quer para um aumento da quantidade de informação, quer para um aumento da performance das crianças mais novas, pelo que a diferença entre estas e as mais velhas deve diminuir. Considerando os resultados obtidos, confirma-se a importância da criança/adolescente ser entrevistada o mais rapidamente possível após o acontecimento ocorrido por entrevistadores que introduzam o mínimo de informação enquanto encorajam as crianças a proporcionar o máximo de detalhes na forma de narrativas, através de questões abertas como *“Tell me what happened”* (Lamb et al., 2007), características do protocolo de entrevista forense do NICHD. Por outro lado, um intervalo de tempo de uma semana entre um acontecimento e o relato deste não parece ter influência significativa na qualidade de informação relatada.

VI - Conclusões

Nos últimos anos temos assistido a um crescente despertar social em torno do abuso sexual de crianças, desencadeando, por parte do sistema judicial, um novo interesse na capacidade das crianças para testemunhar. Neste contexto, a entrevista forense do NICHD tem assumido particular importância, considerando que é apontada como uma das metodologias mais adequadas na obtenção de informação relevante sobre um determinado acontecimento específico, e é dada como exemplo máximo da ciência aplicada ao domínio da entrevista com crianças em contexto real (forense). Por conseguinte, o objetivo essencial deste estudo consistiu em avaliar a influência do intervalo de tempo (uma semana) e da idade na informação exata, nos erros e nas confabulações obtidas através da administração do protocolo de entrevista forense do NICHD, numa amostra de crianças/adolescentes da população Portuguesa.

Os resultados obtidos demonstraram que o intervalo de tempo de uma semana não parece ter influência significativa na qualidade de informação relatada. O que realça a importância de um intervalo de tempo curto entre o acontecimento ocorrido e a entrevista.

No que respeita à idade, os resultados apresentados demonstraram que as crianças recordam menos informação exata do que os adolescentes e

apresentam menos confabulações comparativamente aos adolescentes. O que acarreta implicações para a prática forense, considerando que, apesar da evocação livre das crianças mais velhas ser mais rica é menos exata do que a das crianças mais novas, ou seja, apesar dos adolescentes recordarem mais informação exata do que as crianças mais novas, a esta informação está associada uma maior confabulação. O vídeo apresentado, poderá justificar os resultados alcançados, considerando que ao contrário das crianças que demonstraram interesse pela situação visualizada, os adolescentes consideraram-na pouco exigente e desafiante.

A idade parece ter influência quanto à informação exata e às confabulações, no entanto, parece não influenciar quanto à quantidade de erros, considerando que não se verificaram diferenças significativas.

Na categoria etária dos 4 anos e 5/6 anos o intervalo de tempo parece não influenciar quanto à quantidade de informação exata, erros e confabulações, o que não se verifica para as categorias etárias dos 7/9 anos 10/12 anos e 13/16 anos, nas quais o intervalo de tempo parece interferir nos resultados alcançados quanto às confabulações e aos erros.

Um aspeto que pode ter influenciado a quantidade de informação exata na 2ª entrevista foi o processo de relato repetido e a conversa sobre a história visionada em família, pelo menos em algumas crianças mais novas. Este dado tem implicações práticas, pois alerta para um dos perigos subjacentes à revelação de abuso sexual: o fato de a criança estar sujeita às pressões sociais e familiares nos casos de abuso intrafamiliar, em que a família tende a manipular a criança para que esta, num momento posterior negue ou altere a sua versão do acontecimento vivenciado. Na fase da pré-entrevista do protocolo do NICHHD, o entrevistador tem em atenção esta problemática prevenindo os adultos que contactam com a criança de que não devem conversar com ela sobre o suposto abuso, para que não haja a possibilidade de sugestão da criança.

O presente estudo comporta algumas limitações que se apresentam de seguida e que devem ser colmatadas em futuras investigações. Desde logo, deve-se salientar o intervalo de tempo de uma semana que em futuras investigações deveria ser ampliado tendo em conta que este período parece não ter exercido influência na evocação de informação relevante, e a história

visualizada que tendo em conta os resultados obtidos pelos adolescentes deveria ser mais complexa. Em futuras investigações também seria importante obter uma amostra que represente o território nacional na sua globalidade e uma amostra mais significativa de crianças/adolescentes por faixa etária. A amostra restringe-se à zona norte e centro do país e apesar de representativa, com 120 crianças/adolescentes, apenas possui 24 crianças/adolescentes por faixa etária.

A realização de estudos futuros poderá ser enriquecida pela administração de provas psicológicas de modo a ser possível controlar variáveis como a atenção, o desenvolvimento cognitivo da criança, entre outras, possibilitando igualmente um conhecimento do funcionamento global da criança, condição que não foi enquadrada neste estudo para que fosse possível uma aproximação mais autêntica ao contexto da entrevista forense, designadamente às Declarações para memória futura. O estudo realizado nesta dissertação pretende impulsionar o desenvolvimento de mais e novos estudos quer para a compreensão da capacidade de testemunhar das crianças quer para a validação do Protocolo de Entrevista Forense do NICHHD para a população portuguesa.

Bibliografia

- Ackil, J. K., & Zaragosa, M. (1998). Memorial consequences of forced confabulation: age differences in susceptibility to false memories. *Developmental Psychology, 34* (6), 1358-1372.
- Alberto, I. (2006). Abuso Sexual de Crianças: O psicólogo na encruzilhada da ciência com a justiça. In A.C. Fonseca, M.R. Simões, M.C. T. Simões, & M.S. Pinho (Eds.). *Psicologia Forense*. (pp. 437-470). Coimbra: Almedina.
- Alberto, I. (2008). Maltrato infantil: Entre um destino e uma história. In A. Matos et al (Coord.). *A Maldade Humana* (pp.107-130). Coimbra: Almedina.
- Alexander, K. W., Quas, J. A., & Goodman, G.S. (2002). Theoretical advances in understanding children`s memory for distressing events:

- The role of attachment. *Developmental Review*, 22 (3), 490-519.
- Bahrnick, L. E., Parker, J. F., Fivush, R., & Levit, M. (1998). The effects of stress on young children's memory for a natural disaster. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 4 (4), 308-331.
- Baker-Ward L., & Ornstein P. (2002). Cognitive underpinnings of children's testimony In H. L. Westcott, G. A. Davies, & R. H. C. Bull (Eds.), *Children's testimony: A handbook of psychological research and forensic practice*. (pp. 3-19). Chichester: Wiley.
- Berch, D.B. (1978). The role of spatial cues in the probe-type serial memory task. *Child Development*, 49, 749-754.
- Butchart, A., Phiney Harvey, A., Mian, M., Furniss, T., & Kahane, T. (2009). *Prevenção do maltrato infantil: Que hacer y como obtener evidencias*. Geneva: Organización Mundial de la Salud (OMS).
- Brainerd, C.J., & Reyna, V.F. (2005). *The science of false memory*. Oxford: Oxford University Press.
- Carvalho, L. (2007). *A valoração do testemunho da criança vítima de abuso sexual intra-familiar no contexto de avaliação forense*. Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Ceci, S.J., & Bruck, M (1995). *Jeopardy in the courtroom: A scientific analysis of children's testimony*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Chae, Y., Ogle, C., & Goodman, G. (2009). Remembering negative childhood experiences: An attachment theory perspective. In J. Qaus, & R. Fivush (Eds.). *Emotion and memory in development: Biological, cognitive, and social considerations*. (pp. 3-27). Oxford: Oxford University Press.
- Cordón, I. M., Pipe, M., Sayfan, L., Melinder, A., & Goodman, G. (2004). Memory for traumatic experiences in early childhood. *Development Review*, 24, 101-132.
- Davies, G., & Pezdek, K. (2010). Children as Witnesses. In G. J., Towl, & D. A. Crighton (Eds.), *Forensic Psychology* (pp. 178-191). Chichester, West Sussex, Malden, MA: BPS Blackwell
- Dewing, K., & Kcnealy, N. (1974). Age-related differences in spatial position and serial position effects in short-term memory. *Journal of Genetic Psychology*, 124, 277-286.
- Engelberg, E., & Christianson, S. 2002. Stress, trauma and memory. In Eisen, M.; Quas J. A., Goodman G. S. (2000). *Memory and suggestibility in the forensic interview*. (pp. 143-163). New Jersey: Lawrence Erlbaum.

- Fivush, R. (2002). The development of autobiographical memory. In H. L. Westcott, G. A. Davies, & R. H. C. Bull (Eds.), *Children's testimony: A handbook of psychological research and forensic practice*. (pp. 55-68). Chichester: Wiley.
- Freyd, J.J. (1994). Betrayal trauma: Traumatic amnesia as an adaptive response to childhood abuse. *Ethics & Behavior*, 4(4), 307-329.
- Gordon, B., Schoeder, C., Ornstein, P., & Baker-Ward, L. (1995). Clinical implications of the research on memory development. In T. Ney (Ed) *True and false allegations of child sexual abuse: assessment and case management*. (pp. 99-124). New York: Brunner/Mazel.
- Haesevoets, Y. H. (1999). Les allegations d'abus sexuel chez l'enfant: Entre le doute et la conviction absolue. *L'évolution Psychiatrique*, 64 (2), 337-348.
- Haugaard, J.J., Reppuci, N. D., Laird, J., & Nautul, T. (1991). Children's definitions of the truth and their competency as witnesses in legal proceedings. *Law and Human Behavior*, 15(3), 253-271.
- Howe, M. L., Cicchetti, D., & Toth, S. Children's basic memory processes, stress, and maltreatment. (2006). *Development and Psychopathology*, 18, 759-769.
- Johnson, M.K., Foley, M.A., & Lcach, K. (1988). The consequences for memory of imagining in another person's voice. *Memory & Cognition*, 16, 337-342.
- La Rooy, D., Katz, C., Malloy, L.C., & Lamb, M.E. (2010). Do we need to rethink guidance on repeated interviews? *Psychology, Public Policy, and Law*, 16 (4), 373.
- La Rooy, D., Lamb, M.E., & Pipe, M.E. (2009). Repeated interviewing: A critical evaluation of the risks and potential benefits. In K. Kuehnle, & M. Connell (Eds.), *The evaluation of child sexual abuse allegations: A comprehensive guide to assessment and testimony*. New Jersey: John Wiley & Sons Inc.
- La Rooy, D., Pipe, M. E., & Murray, J.E. (2005). Reminiscence and hypermnesia in children's eyewitness memory. *Journal of experimental Child Psychology*, 90 (3), 235-254.
- Lamb, M. E., Orbach Y., Hershkowitz I., Esplin P. W., & Horowitz D. (2007). A structured forensic interview protocol improves the quality and informativeness of investigative interviews with children: A review of research using the NICHD investigative interview protocol. *Child Abuse & Neglect*, 31(11-12), 1201-1231.

- Lamb, M.E. (2008). *Tell me what happened: structure investigative interviews of child victims and witnesses*. England: Wiley Blackell
- Lanning, K.V. (2002). Criminal investigations of sexual victimization of children. In J. Myers., L. Berliner., C. T. Hendrix, & Th. A. Reid (Eds.), *The APSAC handbook on child maltreatment* (pp. 329-347). London: Sage Publications.
- Lindberg, M. A., Chapman, M. T., Sansock, D., Thomas, S. W., & Lindberg, A. W. (2003). Comparisons of three different investigative interview techniques with young children. *The Journal of Genetic Psychology*, 164 (1), 5-28.
- Loftus, E. F. (2003). Make- Believe memories. *The American Psychologist*, 58 (11), 867-873.
- Malloy, L.C., Lyon, T.D., & Quas, J.A. (2007). Filial dependency and recantation of child sexual abuse allegations. *Journal on the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 46, 162–170.
- McNichol, S., Shute, R., & Tucker, A. (1999). Children`s eyewitness memory for a repeated event. *Child Abuse and Neglect*, 23 (11). 1127-1139.
- Myers, J. E. B. (2009). Introduction: Improved forensic interviewing: The legacy of the McMartin Preschool Case. In K. Kuehnle, & M. Connell (Eds.), *The Evaluation of Child Sexual Abuse Allegations: A Comprehensive Guide to Assessment and Testimony*. (pp.xix - xxv).New Jersey: John Wiley & Sons.
- Pangborn, K. R. (2009). Identifying and correcting problems with forensic interviews of alleged child sexual abuse victims: A holistic environmental approach. *Issues in Child Abuse Accusations*, 18, N_A-N_A.
- Peterson, C. (1999). Children`s memories for medical emergencies: Two years later. *Developmental Psychology*, 35, 1493-506.
- Peterson, C. (2002). Children`s long term memory for autobiographical events. *Developmental Review*, 22, 370-402.
- Peixoto, C. (2011). *Avaliação da Credibilidade de Alegações de abuso Sexual de Crianças: Uma Perspetiva Psicológica Forense*. Tese de Doutoramento não publicada. Universidade do Porto, Portugal.
- Peixoto, C., Ribeiro, C., & Lamb, M. (2011). Forensic interview protocol in child sexual abuse. Why and what for. In T. Magalhães (Coord.), *To Improve the Management of Child abuse and neglect*. Abuse & Neglect Series. (pp.133-159). Porto: SPECAN.

- Peixoto, C., Alberto, I., & Ribeiro, C. (2011). *The portuguese adaptation of the NICHD forensic interview protocol: An analysis of some psycholinguistic variables*. Communication presented in IV Conferência da IIRG, Dundee, Scotlan, 1-3 junho
- Pezdek, K., & Hinz, T. (2002). The construction of false events in memory. In H. L. Westcott, G. A. Davies, & R. H. C. Bull (Eds.), *Children's testimony: A handbook of psychological research and forensic practice*. (pp. 3-19). Chichester: Wiley.
- Pezdek, K., & Hinz, T. (2002). The construction of false events in memory. In h. Westcott, G. Davies, & R. Rull (Eds.), *Children's testimony: A handbook of psychological research and forensic practice*. (pp. 99-116). Chichester, Weast Sussex, England; New York: John Wiley & Sons Inc.
- Pipe, M.E., Gee, S., Wilson, C., & Egerton, J. (1999). Children's recall one or two years after the event. *Developmental Psychology*, 35(3), 781–789.
- Pipe, M. E., & Salmon, K. (2002). What children bring to the interview context: Individual differences in children's event reports. In M. Eisen, J. Quas, & G. Goodman (Eds.), *Memory and suggestibility in the forensic interview*. (pp. 235-261). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Poole, D.A., & Lamb, M.E. (1998). *Investigative Interviews of children. A guide for helping professionals*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Poole, D. A., & White, L. T. (1993). Two year later: effects of question repetition and retention interval on the eyewitness testimony of children and adults. *Developmental Psychology*, 29 (5), 844-854.
- Powell, M. B., Thomson, D. M., & Dietze, P. M. (1997). Memories of separate occurrences of an event: implications for interviewing children. *Families in Society: The Journal of Contemporary Human Services*, 73, 600-607.
- Powell, M. B., & Thomson, D.M., (2002) Children's Memories for Repeated Events. In H. L. Westcott, G. A. Davies, & R. H. C. Bull (Eds.), *Children's testimony: A handbook of psychological research and forensic practice*. (pp. 69-82). Chichester: Wiley
- Powell, M.B., & Thomson, D.M. (1996). Children's recall of an occurrence of a repeated event: Effects of age, retention interval and question type. *Child Development*, 67, 1988-2004.
- Ribeiro, C. (2009). *A criança na justiça: Trajetórias e significados do processo judicial de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar*. Coimbra: Almedina.

Saywitz, K. J. (2002). Developmental underpinnings of children`s testimony. In H. L. Westcott, G. A. Davies, & R. H. C. Bull (Eds.), *Children`s testimony: A handbook of psychological research and forensic practice*. (pp. 3-19). Chichester: Wiley.

Westcott, H. L., Davies, G.M., & Bull, R. (2002). *Children`s testimony: A handbook of psychological research and forensic practice*. Chichester: John Wiley & Sons.

Anexos**Anexo 1. Questionário Sociodemográfico**

Mestrado Integrado em Psicologia

FPCE UC

2011-2012

Questionário Demográfico**Código:** _____**Data:** ____/____/____**Local de recolha dos dados:** _____**Sexo:** FEM____ MASC____**Idade:** _____ Anos**Nível de escolaridade:** _____**Pai****Mãe**

Profissão: _____ Profissão: _____

Nível escolaridade: _____ Nível Escolaridade: _____

Anexo 3. Lista de Questões Sugestivas

ENTREVISTA (Parte II)

ID: _____

Nº	QUESTÃO	RESPOSTA
1	<i>A menina estava a comer chocolate?</i>	
2	A mulher tinha um ou dois filhos?	
3	A carteira da mulher caiu no chão?	
4	A mulher chamava-se Ana Silva?	
5	<i>A mulher deu um beijo à menina antes de se ir embora?</i>	
6	O irmão da menina estava a ver o que aconteceu ou não?	
7	A mulher deu uma palmada na menina, ou não?	
8	A menina e a mulher deram um abraço uma à outra?	
9	<i>A menina disse adeus à mulher?</i>	
10	O pai da menina estava em casa?	
11	A mulher tinha o cabelo pintado de cor de laranja?	
12	A menina estava a ver televisão?	
13	<i>O vestido da mulher tinha um fecho?</i>	
14	A menina queria ir para a rua com a tia?	
15	O cachorro da mulher estava a ladrar no corredor?	
16	A mulher tinha acabado de tomar banho?	
17	<i>A menina apertou o fecho da mulher no corredor?</i>	
18	O pai da menina pô-la de castigo?	
19	O casaco da mulher também ficou sujo de chocolate?	
20	A mulher ficou muito zangada com a menina quando viu que tinha o vestido sujo?	

Anexo 4. Análise da Influência da Idade nas Variáveis Dependentes

Tabela 1. Resultados do teste *post-hoc* de *Bonferroni* para a variável total de segmentos na 1ª entrevista em função da idade

Variável Dependente	(I) Idade	(J) Idade	Diferença entre as Médias (I)-(J)	Erro Padrão	Sig.
Total Segmentos	4 anos	5 e 6 anos	-2.458	.506	.000
		7-9 anos	-3.917	.506	.000
		10-12 anos	-4.500	.506	.000
		13-16 anos	-3.500	.506	.000
1ª Entrevista	5 e 6 anos	4 anos	2.458	.506	.000
		7-9 anos	-1.458	.506	.047
		10-12 anos	-2.042	.506	.001
		13-16 anos	-1.042	.506	.417
1ª Entrevista	7-9 anos	4 anos	3.917	.506	.000
		5 e 6 anos	1.458	.506	.047
		10-12 anos	-.583	.506	1.000
		13-16 anos	.417	.506	1.000
1ª Entrevista	10-12 anos	4 anos	4.500	.506	.000
		5 e 6 anos	2.042	.506	.001
		7-9 anos	.583	.506	1.000
		13-16 anos	1.000	.506	.505
1ª Entrevista	13-16 anos	4 anos	3.500	.506	.000
		5 e 6 anos	1.042	.506	.417
		7-9 anos	-.417	.506	1.000
		10-12 anos	-1.000	.506	.505

Tabela 2. Resultados do teste *post-hoc* de *Bonferroni* para a variável total de segmentos na 2ª entrevista em função da idade

Variável Dependente	(I) Idade	(J) Idade	Diferença entre as Médias (I)-(J)	Erro Padrão	Sig.
Total Segmentos	4 anos	5 e 6 anos	-2.292	.548	.001
		7-9 anos	-4.125	.548	.000
	2ª Entrevista	10-12 anos	-5.083	.548	.000
		13-16 anos	-4.167	.548	.000
5 e 6 anos	4 anos	4 anos	2.292	.548	.001
		7-9 anos	-1.833	.548	.011
		10-12 anos	-2.792	.548	.000
		13-16 anos	-1.875	.548	.009
7-9 anos	4 anos	4 anos	4.125	.548	.000
		5 e 6 anos	1.833	.548	.011
		10-12 anos	-.958	.548	.828
		13-16 anos	-.042	.548	1.000
10-12 anos	4 anos	4 anos	5.083	.548	.000
		5 e 6 anos	2.792	.548	.000
		7-9 anos	.958	.548	.828
		13-16 anos	.917	.548	.969
13-16 anos	4 anos	4 anos	4.167	.548	.000
		5 e 6 anos	1.875	.548	.009
		7-9 anos	.042	.548	1.000
		10-12 anos	-.917	.548	.969

Tabela 3. Resultados do teste *post-hoc* de *Bonferroni* para a variável total de suposições na 1ª entrevista em função da idade

Variável Dependente	(I) Idade	(J) Idade	Diferença entre as Médias (I)-(J)	Erro Padrão	Sig.
Suposições Total	4 anos	5 e 6 anos	-.125	.286	1.000
		7-9 anos	-.333	.286	1.000
		10-12 anos	-1.000	.286	.007
		13-16 anos	-1.042	.286	.004
1ª Entrevista	5 e 6 anos	4 anos	.125	.286	1.000
		7-9 anos	-.208	.286	1.000
		10-12 anos	-.875	.286	.028
		13-16 anos	-.917	.286	.018
	7-9 anos	4 anos	.333	.286	1.000
		5 e 6 anos	.208	.286	1.000
		10-12 anos	-.667	.286	.216
		13-16 anos	-.708	.286	.148
	10-12 anos	4 anos	1.000	.286	.007
		5 e 6 anos	.875	.286	.028
		7-9 anos	.667	.286	.216
		13-16 anos	-.042	.286	1.000
13-16 anos	4 anos	1.042	.286	.004	
	7-9 anos	.917	.286	.018	
	10-12 anos	.708	.286	.148	
	13-16 anos	.042	.286	1.000	

Tabela 4. Resultados do teste *post-hoc* de *Bonferroni* para a variável total de suposições na 2ª entrevista em função da idade

Variável Dependente	(I) Idade	(J) Idade	Diferença entre as Médias (I)-(J)	Erro Padrão	Sig.
Suposições Total	4 anos	5 e 6 anos	-.417	.258	1.000
		7-9 anos	-.792	.258	.027
		10-12 anos	-.792	.258	.027
		13-16 anos	-1.167	.258	.000
2ª Entrevista	5 e 6 anos	4 anos	.417	.258	1.000
		7-9 anos	-.375	.258	1.000
		10-12 anos	-.375	.258	1.000
		13-16 anos	-.750	.258	.045
	7-9 anos	4 anos	.792	.258	.027
		5 e 6 anos	.375	.258	1.000
		10-12 anos	.000	.258	1.000
		13-16 anos	-.375	.258	1.000
	10-12 anos	4 anos	.792	.258	.027
		5 e 6 anos	.375	.258	1.000
		7-9 anos	.000	.258	1.000
		13-16 anos	-.375	.258	1.000
13-16 anos	4 anos	1.167	.258	.000	
	5 e 6 anos	.750	.258	.045	
	7-9 anos	.375	.258	1.000	
	10-12 anos	.375	.258	1.000	

Tabela 5. Resultados do teste *post-hoc* de *Bonferroni* para a variável total de erros na 1ª entrevista em função da idade

Variável Dependente	(I) Idade	(J) Idade	Diferença entre as Médias (I)-(J)	Erro Padrão	Sig.	
Erros Total	4 anos	5 e 6 anos	.000	.212	1.000	
		7-9 anos	.708	.212	.011	
1ª Entrevista		10-12 anos	.292	.212	1.000	
		13-16 anos	.792	.212	.003	
		5 e 6 anos	4 anos	.000	.212	1.000
			7-9 anos	.708	.212	.011
10-12 anos	.292		.212	1.000		
13-16 anos	.792		.212	.003		
7-9 anos	4 anos	-.708	.212	.011		
	5 e 6 anos	-.708	.212	.011		
	10-12 anos	-.417	.212	.515		
	13-16 anos	.083	.212	1.000		
10-12 anos	4 anos	-.292	.212	1.000		
	5 e 6 anos	-.292	.212	1.000		
	7-9 anos	.417	.212	.515		
	13-16 anos	.500	.212	.199		
13-16 anos	4 anos	-.792	.212	.003		
	5 e 6 anos	-.792	.212	.003		
	7-9 anos	-.083	.212	1.000		
	10-12 anos	-.500	.212	.199		

Tabela 6. Resultados do teste *post-hoc* de *Bonferroni* para a variável total de erros na 2ª entrevista em função da idade

Variável Dependente	(I) Idade	(J) Idade	Diferença entre as Médias (I)-(J)	Erro Padrão	Sig.	
Erros Total	4 anos	5 e 6 anos	-.042	.215	1.000	
		7-9 anos	.417	.215	.545	
2ª Entrevista	4 anos	10-12 anos	.500	.215	.215	
		13-16 anos	.417	.215	.545	
		5 e 6 anos	4 anos	.042	.215	1.000
		7-9 anos	.458	.215	.347	
		10-12 anos	.542	.215	.129	
		13-16 anos	.458	.215	.347	
	7-9 anos	4 anos	-.417	.215	.545	
		5 e 6 anos	-.458	.215	.347	
		10-12 anos	.083	.215	1.000	
		13-16 anos	.000	.215	1.000	
	10-12 anos	4 anos	-.500	.215	.215	
		5 e 6 anos	-.542	.215	.129	
		7-9 anos	-.083	.215	1.000	
		13-16 anos	-.083	.215	1.000	
	13-16 anos	4 anos	-.417	.215	.545	
		5 e 6 anos	-.458	.215	.347	
		7-9 anos	.000	.215	1.000	
		10-12 anos	.083	.215	1.000	